O PROJETO DE VIDA NO ENSINO MÉDIO: O QUE DIZEM AS PESQUISAS?[1]

THE LIFE PROJECT IN HIGH SCHOOL: WHAT DOES THE RESEARCH SAY?

EL PROYECTO DE VIDA EN LA ESCUELA SECUNDARIA: ¿QUÉ DICEN LAS INVESTIGACIONES?

Liliane Rodrigues Reis[2]
Éder da Silva Silveira[3]

RESUMO
No presente artigo, busca-se apresentar uma síntese analítica das pesquisas disponíveis sobre o tema Projeto de Vida a partir de uma pesquisa bibliográfica, procurando identificar e descrever algumas influências e tendências que vêm contribuindo para a compreensão e contextualização do Projeto de Vida e seus sentidos no currículo escolar na contemporaneidade. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa que teve como fonte de análise artigos científicos, teses e dissertações acerca do tema, selecionados no Portal de Periódicos e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Observa-se que há uma diversidade de posicionamentos e interpretações no âmbito dessa temática. Considerando o conjunto das análises críticas já disponíveis na literatura, compreende-se que o Projeto de Vida foi se aproximando ao campo econômico empresarial, o que contribuiu para que perdesse sua identidade progressista e passasse a servir como instrumento de formação de sujeitos neoliberais.
PALAVRAS-CHAVE: projeto de vida; Ensino Médio; currículo.

ABSTRACT
This article seeks to present an analytical synthesis of the research available on the topic of Life Project from a bibliographical research, seeking to identify and describe some influences and trends that have been contributing to the understanding and contextualization of the Life Project and its meanings in the contemporary school curriculum. Methodologically, this is a qualitative research that used as its source of analysis scientific articles, theses and dissertations on the topic, selected from the Periodicals Portal and the Capes Catalog of Theses and Dissertations. It is observed that there is a diversity of positions and interpretations regarding the topic. Considering the set of critical analyzes already available in the literature, it is understood that the Life Project was being brought closer to the business economic field, which contributed to it losing its progressive identity and starting to serve as an instrument for the formation of neoliberal subjects.
KEYWORDS: life project; High School; curriculum.

RESUMEN
Este artículo busca presentar una síntesis analítica de las investigaciones disponibles sobre el tema Proyecto de Vida a partir de una investigación bibliográfica, buscando identificar y describir algunas influencias y tendencias que han venido contribuyendo a la comprensión y contextualización del Proyecto de Vida y sus significados en el currículum escolar contemporáneo. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa que utilizó como fuente de análisis artículos científicos, tesis y disertaciones sobre el tema, seleccionados del Portal de Revistas y del Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Capes. Se observa que existe diversidad de posiciones e interpretaciones respecto del tema. Considerando el conjunto de análisis críticos ya disponibles en la literatura, se entiende que el Proyecto Vida se fue acercando al campo económico empresarial, lo que contribuyó a que perdiera su identidad progresista y pasara a servir como instrumento para la formación de sujetos neoliberales.
PALABRAS CLAVE: proyecto de vida; Escuela Secundaria; currículo.

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001/*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Finance Code 001*.
[2] Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8161-8835.
[3] Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1242-2126.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A legislação relacionada ao Ensino Médio contemporâneo aborda em vários momentos a dimensão do Projeto de Vida e apresenta a intenção de que a escola ofereça aos estudantes possibilidades de escolhas alinhadas com seus projetos de futuro. Como consideraram Oliveira e Silva (2021, p. 105), o Projeto de Vida adquire certa centralidade nas políticas curriculares para o Ensino Médio, "mesmo que nesses documentos não se tenha uma explicitação clara de quais elementos constituem um Projeto de Vida, ou qual conceito poderia ser fixado para defini-lo".

A Lei 13.415/2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 35, § 7.º, faz menção aos Projetos de Vida dos estudantes do Ensino Médio, alegando que "os currículos do Ensino Médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu Projeto de Vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais" (Brasil, 2017). Da mesma forma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) elenca como eixo central para as práticas escolares o Projeto de Vida, relacionado às projeções, desejos e redefinições dos estudantes com relação a suas trajetórias de vida (Brasil, 2018a).

Também o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), por meio do Edital de Convocação 03/2019, selecionou entre os materiais a serem avaliados coleções de Projeto de Vida que deveriam estar de acordo com a BNCC e seguir três dimensões: 1) o autoconhecimento: o encontro consigo; 2) a expansão e a exploração: o encontro com o mundo; e 3) e planejamento: o encontro com o nós (Silva; Morais, 2022). O Guia do PNLD 2021, como aponta Sampaio (2022, p. 2), "ao priorizar material didático para o Projeto de Vida, não apenas o legitima enquanto disciplina curricular, mas também evidencia o projeto de formação objetivada para a juventude brasileira". Esses materiais, acompanhando o que é pressuposto na BNCC, buscam contemplar, principalmente, reflexões sobre o mundo do trabalho, tema que se mostra central nas discussões que envolvem educação e juventude.

Embora a inserção do Projeto de Vida, como um componente curricular, seja recente no Ensino Médio, a expressão "Projeto de Vida" muito antes já circulava no meio educacional por meio de institutos ligados ao meio empresarial. Entre essas organizações, Alves e Oliveira (2020, p. 28) destacam o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), Todos pela Educação, Instituto Ayrton Senna e Fundação Lemann, que atuam mediante parcerias público-privadas com secretarias de educação e apresentam grande relevância na

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

"recomendação teórica e prática sobre o Projeto de Vida no Ensino Médio, sobretudo porque foram os mais atuantes na inclusão dessa demanda na BNCC". Além de atuarem por meio das parcerias público-privadas, os representantes desse campo vêm cada vez mais ocupando cargos e posições estratégicas dentro e fora da esfera do governo e influenciando diretamente os processos e tomadas de decisões.

Diante desse cenário, o presente artigo teve como objetivo realizar uma síntese analítica das pesquisas disponíveis sobre o tema a partir de uma revisão de literatura, buscando identificar e descrever algumas influências e tendências que contribuíram para a compreensão e contextualização do Projeto de Vida e seus sentidos no currículo escolar na contemporaneidade. Metodologicamente, o estudo se configura como uma pesquisa qualitativa cuja fonte de análise foram artigos científicos, teses e dissertações sobre Projeto de Vida, selecionados a partir de busca realizada no Portal de Periódicos e no Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O projeto de vida no contexto da racionalidade neoliberal

Embora seja recente no Ensino Médio como uma disciplina, a expressão "Projeto de Vida" já circula no meio educacional há algumas décadas, assumindo diferentes conceitos e sentidos. Como aconteceu com outros termos do campo educacional, a expressão Projeto de Vida passou pelo que Alves e Oliveira (2020, p. 22) chamam de "metamorfoseamento". Para as autoras, a aproximação do campo econômico com o campo educacional contribuiu para que ocorresse esse processo de mudança de sentido de alguns termos e conceitos. Nessa direção, vemos o Projeto de Vida perder sua identidade progressista e adquirir um sentido hegemônico voltado para o viés do campo econômico, compondo um processo de consolidação de uma gramática formativa que estaria ancorada em uma economia moral (Silva; Estormovski, 2023; Safatle; Silva Júnior; Dunker, 2021).

Laval (2019, p. 68) aponta que as instituições escolares passaram por uma verdadeira "transferência terminológica", que preparou as reformas de inspiração liberal. Esse "novo idioma da escola" permitiu que essas instituições se colocassem simbolicamente na esfera de uma lógica gerencial, "favorecendo, assim, a interiorização de novos objetivos e a constituição de novas identidades profissionais" (Laval, 2019, p. 69). Logo, entendemos que o uso de algumas expressões, como é o caso do Projeto de Vida, contribuem para a formação de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

um consenso favorável à implementação de um projeto de educação neoliberal. Essa mudança de sentido que podemos perceber com relação ao Projeto de Vida pode ser um exemplo desse processo de alteração de sentido e significado de conceitos e termos que ocorre no meio educacional.

Uma contribuição sobre esse tema é apresentada por Alves e Oliveira (2020, p. 23), quando explicam que, antes da atual reforma do Ensino Médio estabelecida pela Lei 13.415/2017, a expressão Projeto de Vida já ecoava "nos campos da educação informal e dos movimentos sociais, em especial os rurais, como o Movimento dos Sem Terra (MST)". Segundo as autoras, também no campo religioso, especificamente na igreja católica, há registros de 1998 da elaboração do Plano Trienal (1999-2001) pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em que consta o trabalho com Projeto de Vida voltado para a Pastoral da Juventude, no viés da Teologia da Libertação. Além disso, a expressão também pode ser identificada nos registros das discussões da Constituinte de 1988, "quando educadores progressistas debateram sobre politecnia e recorreram ao Projeto de Vida como uma estratégia de formação da e para a juventude" (Alves; Oliveira, 2020, p. 23). Também destacamos sua ligação com um campo progressista da educação, sendo utilizada para um "trabalho popular com a juventude, um exercício de projeção de futuro" para pensar a vida também de forma coletiva e não somente individual (Alves; Oliveira, 2020, p. 32).

Como podemos observar até aqui, a expressão Projeto de Vida não é nova nesse momento em que aparece como uma disciplina do currículo escolar. No entanto, especialmente a partir dos anos 1990, notamos uma aproximação do Projeto de Vida com o campo econômico e empresarial. Esse período, como lembra Silva (2018, p. 7), é marcado por disputas acirradas acerca das finalidades do Ensino Médio. Por essa razão, perguntas em torno de "qual Ensino Médio" e "para quem" ocuparam a cena dos marcos normativos e das ações do executivo federal nos últimos anos. No Parecer CNE/CEB 15/1998, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, cuja relatora foi Guiomar Namo de Melo[4], ficou nítida uma mudança de sentido no uso do termo:

[4] Foi secretária municipal de educação de São Paulo (1982-1985) e uma das figuras mais expressivas na formulação de dispositivos normativos para as reformas educacionais dos anos 1990. Em 1986, elegeu-se deputada estadual em São Paulo (PMDB). De 1993 a 1996, foi especialista em educação no Banco Mundial e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington, de onde voltou para assumir a direção executiva da Fundação Victor Civita e o cargo de conselheira do CNE na Câmara de Educação Básica. Neste último cargo, foi relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 1998 e teve papel decisivo na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação do Professor da Educação Básica em Nível Superior (2002) (São Paulo, 2022).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

> Do ponto de vista legal não há mais duas funções difíceis de conciliar para o Ensino Médio, nos termos em que estabelecia a Lei n.º 5.692/71: preparar para a continuidade de estudos e habilitar para o exercício de uma profissão. A duplicidade de demanda continuará existindo porque a idade de conclusão do ensino fundamental coincide com a definição de um **Projeto de Vida, fortemente determinado** pelas condições econômicas da família e, **em menor grau, pelas características pessoais**. Entre os que podem custear uma carreira educacional mais longa esse projeto abrigará um percurso que posterga o **desafio da sobrevivência material** para depois do curso superior. Entre aqueles que precisam arcar com sua subsistência precocemente ele demandará a **inserção no mercado de trabalho** logo após a conclusão do ensino obrigatório, durante o Ensino Médio ou imediatamente depois deste último (Brasil, 1998a, p. 26, grifos nossos).

Silva e Abreu (2008, p. 524) observam que, na década de 1990, o Brasil passou a viver um contexto de reformas substanciais em suas políticas educacionais. Tanto que, nesse período, é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Brasil, 1996) e são desenvolvidas pelo Ministério da Educação diversas ações que "tomam por objeto as mudanças curriculares e a organização geral da escola".

A reforma educacional empreendida naquela década, de acordo com Silva e Abreu (2008, p. 524), tem "uma de suas raízes fincada na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien – Tailândia, em março de 1990, da qual resultou, no país, o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003)". Essa Conferência contou com a participação de 155 países e traçou rumos para os países com os piores indicadores educacionais do mundo, estando entre eles o Brasil, com relação à educação. Esse evento foi convocado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial (Silva; Abreu, 2008).

Desde a Conferência de Jomtien, a Unesco e outros agentes internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, têm recomendado "o Projeto de Vida como fio condutor de boas práticas na educação da juventude" (Alves; Oliveira, 2020, p. 23). Silva e Abreu (2008, p. 526) destacam que o Banco Mundial, ao longo dos anos 1990, incorporou à sua agenda os objetivos traçados na Conferência de Jomtien, produzindo o documento *Prioridades y estratégias para la educación*, publicado em 1995, ressaltando a importância da adequação da educação aos imperativos das mudanças econômicas, fruto da globalização e do processo de reestruturação social e produtiva. No Brasil, essa publicação orientou a implementação de sistemas de avaliação que estiveram atrelados ao processo de reforma curricular.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

Cabe salientar a importância do Banco Mundial no processo que Spring (2018, p. 135) chama de "economização da educação", que tem se concentrado nos países mais pobres do mundo. Em sua análise, as preocupações do Banco Mundial vão muito além da preparação de força de trabalho para contribuir com o crescimento econômico, mas visa também a propagação da filosofia desenvolvimentista do Banco, inclusive promovendo mundialmente cursos sobre economia da educação que visam incentivar líderes educacionais a usarem ferramentas e conceitos econômicos nas tomadas de decisões visando reformas na educação. Outro organismo que influenciou nesse processo de reforma foi a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que afirmava, desde o início da década de 1990, a necessidade de adequar a educação ao processo de reestruturação produtiva (Silva, 2003).

> É clara nas determinações da Cepal e do Banco Mundial a orientação de que a reforma educacional e curricular deveria ocorrer precipuamente com o fim de adaptar a formação escolar às supostas demandas do setor produtivo. Isso contribuiu para um movimento no qual a extensão das mudanças econômicas extrapolasse o campo da produção e se configurasse em reestruturação geral de toda a sociedade (Silva, 2003, p. 171).

Entre os anos de 1993 e 1996, a Unesco, demonstrando preocupação em torno das mudanças na educação, foi responsável pela produção do *Relatório Delors*, coordenado pelo francês Jacques Delors com a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. O relatório foi publicado no Brasil com o título *Educação: um tesouro a descobrir*. Entre as diversas orientações apresentadas no relatório está a de que a educação deve voltar-se para o pluralismo e para a tolerância que desencadeará uma barreira contra a violência. "Assinala que, para isso, deverá sustentar-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos (viver com os outros) e aprender a ser" (Silva, 2003, p. 172). Sobre esse documento, é pertinente a análise crítica de Duarte (2001), principalmente ao caráter adaptativo da pedagogia proposta pelo *Relatório Jacques Delors,* uma vez que a educação manifestada no documento não é comprometida com as transformações da realidade e com a superação da sociedade capitalista. Para o autor, o 'aprender a aprender' pode ser compreendido como um "lema que sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação da capacidade adaptativa dos indivíduos" (Duarte, 2001, p. 38). Defendendo a tese de que a pedagogia das competências integra ampla corrente educacional contemporânea denominada por ele de "pedagogias do 'aprender a aprender'", Duarte (2001) destaca o caráter adaptativo dessa pedagogia, o que consideramos apropriado para uma reflexão crítica

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

sobre o caráter que o Projeto de Vida assume na esteira das correntes contemporâneas da pedagogia das competências.

> O caráter adaptativo dessa pedagogia está bem evidente. Trata-se de preparar os indivíduos formando as competências necessárias à condição de desempregado, deficiente, mãe solteira etc. Aos educadores caberia conhecer a realidade social não para fazer a crítica a essa realidade e construir uma educação comprometida com as lutas por uma transformação social radical, mas sim para saber melhor quais competências a realidade social está exigindo dos indivíduos (Duarte, 2001, p. 38).

Não por acaso, temos visto defensores da atual reforma apoiarem a inserção do Projeto de Vida no currículo no Ensino Médio, como Fodra (2016) e Fodra e Nogueira (2017), considerando o *Relatório Jacques Delors* uma referência para o modelo educacional que visa desenvolver habilidades necessárias para o mundo moderno. Na mesma direção, Anjos (2021) defende que para uma formação integral dos sujeitos sociais é fundamental o desenvolvimento de competências relacionadas aos "Quatro Pilares da Educação".

Nesse relatório, também é demonstrada a preocupação em "adaptar a população à flexibilidade valorizada pelo mercado de trabalho e às incertezas, o que inclui a resiliência a um sistema econômico marcado pelo desemprego, trabalho autônomo e informal" (Saraiva; Chagas; Luce, 2019, p. 19). Conforme Silva (2003, p. 173), identificamos nessas competências exigidas pelo mercado de trabalho a centralidade em características subjetivas denominadas "saber-ser", que se aliam ao "saber-fazer" e produzem um trabalhador que comporte qualidades como: "capacidade de comunicar, de trabalhar com os outros, de gerir e de resolver conflitos" (Delors, 1996, p. 94).

No ano de 2010, o BID, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) - Ministério da Educação (MEC), publicou a pesquisa *Melhores práticas em escolas de Ensino Médio no Brasil*, que destaca o trabalho com Projeto de Vida e recomenda seu desenvolvimento em demais escolas. Na referida pesquisa, foram investigadas 35 escolas de 4 unidades federadas: Acre, Ceará, Paraná e São Paulo. A escolha das escolas ocorreu com base na indicação das Secretarias de Educação, de instituições que desenvolvessem "algum programa ou projeto inovador que explicasse o desempenho dos alunos nas avaliações estaduais e nacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), bem como as taxas de aprovação satisfatórias" (Alves; Oliveira, 2020 p. 25). No texto, evidenciam-se experiências que fazem articulação com a educação profissional, como o Ceará, que desde 2015 estabeleceu parceria

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, e destaca como um dos eixos centrais da educação profissional a articulação "com a construção de um Projeto de Vida" (Inep; Bid, 2010, p. 220).

A experiência desenvolvida pelo ICE, que se iniciou em Pernambuco na oferta do Ensino Médio de tempo integral, de acordo com Alves e Oliveira (2020, p. 26), é elogiada e recomendada em diversos documentos como uma "proposta curricular inovadora, calcada no protagonismo juvenil e no Projeto de Vida dos alunos, cofinanciada por empresários brasileiros e desenvolvida sob a forma de parceria público-privada". O BID, no ano 2000, em parceria com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), divulgou um estudo sobre o Ensino Médio brasileiro, com o título *Educação secundária no Brasil: chegou a hora,* e nele já mencionava a participação de parcerias público-privadas na oferta do Ensino Médio como uma via importante na construção de uma educação secundária mais efetiva. Também no ano 2000, recomendando e ressaltando as experiências desenvolvidas por alguns agentes econômicos, como o ICE e o Unibanco, o Bird publicou o relatório *Achieving World Class Education in Brazil: The Next Agenda (2011-2020)*, o qual, embora aborde o caso brasileiro, não está disponível em língua portuguesa. Nele "recomendam-se a organização de currículos por competências, a redução no número de disciplinas no currículo do Ensino Médio, a eliminação gradativa da oferta de Ensino Médio noturno e a criação de parcerias público-privadas" (Alves; Oliveira, 2020, p. 26). É importante assinalar as recomendações sobre as parcerias público-privadas[5] nesses documentos, pois assim podemos compreender "como o empresariado passou a ocupar papel de destaque na educação brasileira". Para tanto, "temos que partir do ponto de que, no Brasil, o próprio Estado viabiliza a participação destes agentes [...]" (Silveira; Souza; Vianna; Almeida, 2022, p. 12).

A compreensão sobre aproximação de institutos ligados ao campo econômico com o campo educacional é fundamental para entendermos a inserção do Projeto de Vida no Ensino Médio. Alves e Oliveira (2020, p. 28) apontam dois institutos, uma fundação e uma organização denominada *movimento*, que tem importante relevância "na recomendação teórica e prática sobre o Projeto de Vida no Ensino Médio, sobretudo porque foram os mais atuantes na inclusão dessa demanda na BNCC", sendo eles: o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann e Todos Pela

[5] No grupo de pesquisa "Currículo, Memórias e Narrativas em Educação" (PPGEdu-Unisc), foi realizado estudo de caso sobre a relação público-privada envolvendo o ICE e o estado do Maranhão, resultando na dissertação de mestrado de Souza (2021).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

Educação. Entre essas organizações é comum o interesse pelo Ensino Médio, destacando-se o Projeto de Vida e o ensino voltado para o desenvolvimento de competências e o protagonismo juvenil.

Como verificado até aqui, a discussão sobre o Projeto de Vida já vem sendo pauta no campo da educação desde os anos 1990, em um amplo contexto de influência, marcado por recomendações e processos de indução materializados em documentos de organismos internacionais e fundações ligadas ao meio empresarial. Contudo, é após a aprovação da BNCC para o Ensino Médio, em 2018, que vemos a discussão sobre o Projeto de Vida ganhar proporção nacional.

A Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, de acordo com Silva (2018), embora procure apresentar um discurso aparentemente "novo", compõe um velho discurso e busca retomar finalidades que haviam sido sufocadas pelas disputas em torno das finalidades da educação básica nos últimos 20 anos. A centralidade na noção de competências recupera o mesmo discurso das políticas curriculares da década de 1990.

> Nos dispositivos que orientam as proposições curriculares com base em competências, prepondera, assim, uma concepção de formação humana marcada pela intenção de adequação à lógica do mercado e à adaptação à sociedade por meio de uma abstrata noção de cidadania. Esse discurso é marcado, também, pelo não reconhecimento da dimensão da cultura como elemento que produz, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença. A noção de competências, ora como resultado de uma abordagem biologista e/ou inatista da formação, ora em virtude de seu caráter instrumentalizador e eficienticista, consolida uma perspectiva de educação escolar que, contraditoriamente, promete e restringe a formação para a autonomia. Reforça, com isso, a adaptação e torna limitada a possibilidade de emancipação [...] (Silva, 2018, p. 11).

Esse projeto formativo proposto na BNCC parece se alinhar com o prescrito pelas fundações empresariais, dando centralidade ao desenvolvimento de competências e do protagonismo juvenil em uma perspectiva economicista e utilitarista.

É importante salientar que, antes mesmo da aprovação da BNCC, o Brasil já passava a vivenciar mudanças nos rumos de suas políticas educacionais. Em 2016, com o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, observamos a ascensão de um "novo" grupo ao poder do Estado brasileiro, acelerando assim a implantação da "reforma empresarial" que já havia sido ensaiada nos anos 1990. Assim, vemos a retomada da proposta neoliberal que havia sido postergada pela "atuação da coalizão petista até 2016, que procurou, bem ou mal, orientar-se pelo desenvolvimentismo" (Freitas, 2018, p. 47).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

O que dizem as pesquisas sobre o projeto de vida no ensino médio?

Como mencionamos anteriormente, buscamos apresentar uma síntese analítica das pesquisas disponíveis sobre o tema Projeto de Vida a partir de uma revisão de literatura, procurando identificar e descrever algumas influências e tendências que vêm contribuindo para a compreensão e contextualização do Projeto de Vida e seus sentidos no currículo escolar na contemporaneidade. Para tanto, utilizamos as produções disponíveis no Portal de Periódicos da Capes e no Catálogo de Teses e Dissertações mantidos por esta Fundação ligada ao Ministério da Educação do Brasil.

O descritor usado no Portal de Periódicos da Capes para a busca das produções foi "Projeto de Vida" AND "Ensino Médio". O operador booleano AND foi utilizado a fim de restringir a pesquisa a trabalhos que tratassem do Projeto de Vida no contexto do Ensino Médio. A abrangência temporal da revisão bibliográfica compreendeu o período de 2011 a 2022. A busca apresentou 91 resultados e foi realizada entre os meses de março e outubro de 2022.

A seleção da produção se deu, inicialmente, pela leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, sob o critério de aproximação com o tema investigado. Nesse processo, foram excluídos textos da área da saúde e do serviço social. Dessa forma, foram selecionados 18 artigos científicos.

Quanto à busca no Catálogo de Teses e Dissertações, a partir do descritor "Projeto de Vida", foram obtidos 459 resultados. Ao utilizar o filtro área do conhecimento com o termo "educação", reduziu-se para 63 trabalhos. Na sequência, foi inserido o termo "Ensino Médio" ("Projeto de Vida" AND "Ensino Médio"), que resultou em 51 trabalhos. Utilizando novamente como filtro a área do conhecimento em "educação", restaram 21 textos. Desses 21 trabalhos foi realizada a leitura dos resumos e sumários a fim de selecionarmos aqueles relacionados com o tema investigado. Depois desse processo, com a exclusão de trabalhos que não possuíam o enfoque esperado, sobraram 7 manuscritos a serem analisados.

Todos os textos selecionados foram lidos na íntegra e analisados com apoio de uma planilha criada no *Microsoft Excel*. Primeiramente, foi realizada uma divisão entre artigos científicos e teses e dissertações em duas planilhas distintas, e cada planilha foi organizada com colunas com as seguintes informações: ano de publicação, instituição, título, autores, palavras-chave, resumo, fonte de dados, enfoque temático e região.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

Com relação ao período de publicação, o maior volume de artigos científicos publicados ocorreu no ano de 2022, quando foram publicados 9 artigos científicos. No ano de 2021 identificou-se o maior volume de pesquisas da pós-graduação *stricto sensu*, sendo 3 dissertações e 1 tese.

Rodrigues e Behrens (2022) apontam que o tema em questão era discutido antes de se tornar uma disciplina específica do Ensino Médio. A partir de suas análises, os autores identificaram que a temática Ensino Médio e Projeto de Vida está entrelaçada e conectada com diversas áreas do conhecimento, como psicologia, administração e economia.

Em sua pesquisa, Alves e Oliveira (2020) oferecem uma importante contextualização da inserção do tema Projeto de Vida no campo educacional, principalmente no Ensino Médio, e salientam que a expressão já circulava na área da Educação muito antes de se tornar um componente curricular. A análise documental apresentada pelas autoras sobre o Projeto de Vida e sua recorrência na educação escolar identificou que o primeiro registro do termo em documentos normativos figura no Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Básica (CEB) n.º 15/1998, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, e cuja relatora foi Guiomar Namo de Melo (Brasil, 1998a; 1998b).

Conforme as autoras salientam, a relação entre o Projeto de Vida e o Ensino Médio também se faz presente em outras "searas". O uso do termo aparece em publicações da Unesco desde a Conferência de Jomtien de 1990, "com atualização do discurso e preconização em documentos e estudos voltados para a educação no âmbito mundial, na América Latina ou especificamente no Brasil" (Alves; Oliveira, 2020, p. 23). A expressão também foi identificada em publicações do Banco Mundial e do BID, que recomendam o Projeto de Vida "como fio condutor de boas práticas na educação da juventude" (Alves; Oliveira, 2020, p. 23).

Alves e Oliveira (2020) também esclarecem que o uso da expressão Projeto de Vida aparece nos campos da educação informal e dos movimentos sociais. Esteves e Oliveira (2022) contribuem nesse sentido, realçando que as discussões em torno do Projeto de Vida já estavam presentes no campo da sociologia da educação e da sociologia da juventude. Também durante o governo Dilma Rousseff, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação publicou no ano de 2013 os cadernos de formação docente, oriundos do Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio, que também destacava a importância de desenvolver com os jovens sua capacidade de fazer escolhas e constituir, portanto, seus projetos de vida. Tal proposta afirmava que cabia aos docentes a tarefa de serem parceiros e

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

co-construtores desses projetos de vida, proporcionando a oportunidade aos estudantes de falarem de si e de seus projetos.

Diante desse breve retrospecto, podemos destacar o que Alves e Oliveira (2020, p. 22) chamam de "processo de metamorfoseamento de alguns termos originários do campo educacional", como é o caso de Projeto de Vida. A expressão, antes relacionada a um campo progressista, veio perdendo essa identidade e passou a ter seu significado voltado para um viés economicista.

Nos primeiros trabalhos publicados sobre o Projeto de Vida e relacionados ao Ensino Médio, como os de Leão, Dayrell e Reis (2011) e Paiva (2013), o tema é tratado como um pressuposto ou princípio, e não como um componente curricular. Nesses estudos, os autores propõem problematizar os projetos de vida de jovens do Ensino Médio e suas relações com a experiência escolar e assinalam que, embora a escola seja alvo de grande expectativa para essa construção, há limites em corresponder a essas demandas. No entanto, uma interpretação diversa é oferecida por Klein e Arantes (2016) na apresentação de resultados de sua pesquisa, em que 81% dos entrevistados (305 estudantes) consideram que a escola contribui para seus projetos de vida, principalmente por meio de atividades desenvolvidas em sala de aula.

Dos trabalhos analisados, os de Fodra (2016) e Fodra e Nogueira (2017) são os primeiros a abordar Projeto de Vida como um componente curricular. As pesquisas tratam da construção do Projeto de Vida de alunos nas escolas de Ensino Médio do Programa de Educação Integral (PEI) implementado pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, em 2012. De acordo com as autoras, o foco das ações das escolas envolvidas no programa é a construção do Projeto de Vida dos alunos, "que se materializa nas aulas do componente curricular com o mesmo nome" (Fodra, 2016, p. 8). Fodra e Nogueira (2017) apresentam a visão dos professores da disciplina sobre a construção do Projeto de Vida dos estudantes. De acordo com os professores participantes da pesquisa:

> [...] embora os alunos tenham resistência no início, o trabalho com o Projeto de Vida é desafiador, gratificante e contribui com o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos jovens. Eles aprendem que as escolhas do presente interferirão no seu futuro e que a escola pode contribuir nesse percurso e, assim, os estudos passam a ter mais sentido e significado (Fodra; Nogueira, 2017, p. 252).

As autoras destacam que as aulas de Projeto de Vida, no Ensino Médio, visam o despertar do autoconhecimento nos estudantes, sua história de vida e seu percurso escolar, para que consigam perceber seus potenciais e fragilidades e, assim, desenvolver as

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

habilidades necessárias a fim de realizarem seus sonhos e concluírem seus projetos de vida. Embora o trabalho com o Projeto de Vida no Ensino Médio tenha como foco a escolha de caminhos profissionais e acadêmicos, os temas como "cidadania e valores pessoais e sociais" estão presentes em todas as situações de aprendizagem (Fodra; Nogueira, 2017, p. 259).

Outras pesquisas também tratam da experiência das escolas do PEI, desenvolvido no estado de São Paulo. Silva (2019) reflete sobre a contribuição do componente Projeto da Vida nas Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral da rede estadual; Favacho (2020) analisa as políticas para a escola em tempo integral no Ensino Médio e sua relação com o mundo do trabalho após a reestruturação do capital; e Barreiros (2021) verifica a relação entre o Ensino Médio público de tempo integral com o trabalho e com o Projeto de Vida na percepção de jovens mulheres.

Nos trabalhos analisados, notamos que as primeiras análises que versam acerca do Projeto de Vida como um componente curricular são aquelas que abordam a experiência das escolas do PEI do estado de São Paulo, que teve início no ano de 2012. Por sua vez, o estado de Pernambuco, de acordo com Anjos (2021, p. 37), que trata em sua pesquisa sobre a experiência das Escolas de Referência em Ensino Médio no Estado de Pernambuco, iniciada no ano de 2004, destaca o Decreto 25.596, de 1.º de junho de 2003, que apresenta o Projeto de Vida entre os pressupostos que buscam garantir a autonomia dos educandos como uma política voltada ao protagonismo juvenil. Embora o Projeto de Vida só venha a ser considerado como uma disciplina a partir de 2018, no estado de Pernambuco o tema já era "diluído nas demais disciplinas", desde 2004.

Muitas pesquisas fizeram referência ao documento *Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*, produzido pela Unesco, elaborado por uma Comissão composta por 14 membros de várias regiões do mundo, presidida pelo francês Jacques Delors, entre os anos de 1993 a 1996. Para Fodra (2016, p. 47), o documento é uma referência para o modelo educacional que visa desenvolver "habilidades necessárias para o mundo moderno", além de que, para a autora, os "Quatro Pilares da Educação" (o aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a conviver) ampliam o autoconhecimento e a visão de mundo dos alunos. Anjos (2021) corrobora assinalando que, para uma formação integral dos sujeitos sociais, é fundamental o desenvolvimento de competências relacionadas aos "Quatro Pilares da Educação". Em contrapartida, Mota (2021, p. 114) defende que, para o relatório *Educação:*

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

um tesouro a descobrir, a "função social da Educação segue a função de adaptar os indivíduos ao *status quo,* neste sentido confirma-se como uma perspectiva não-crítica de Educação".

Outra característica comum entre os trabalhos analisados é que grande parte associa o Projeto de Vida à formação integral dos estudantes, principalmente fazendo referência à Lei 13.415/2017 que, em seu artigo 35, § 7.º, expõe: "Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu Projeto de Vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais" (Brasil, 2017).

Na documentação oficial, ele também aparece associado à competência geral da BNCC "Trabalho e Projeto de Vida", que defende:

> Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu Projeto de Vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018a, p. 9).

Oliveira e Silva (2021) observaram que, embora a Lei 13.415/2017 traga em seu texto a formação integral como parte importante na construção do Projeto de Vida dos estudantes, na prática ela esvazia as escolas como espaços de concretização dos desejos juvenis, por ela não obrigar os estabelecimentos de Ensino Médio a ofertarem todos os itinerários formativos e por ter diminuído o acesso a conhecimentos de formação geral. Destacaram que a reforma estabelece um extenso currículo para o Ensino Médio, com um grande número de disciplinas, e que isso não proporciona uma formação mais rica aos estudantes. Para Oliveira e Silva (2021, p. 1269),

> [...] na prática, o projeto formativo por ela instaurado não visa a uma formação mais integral dos estudantes, não proporcionará experiências mais enriquecedoras que mudarão de forma positiva a interferência e o papel da escola na construção dos projetos de vida de seus estudantes. Isso só pode acontecer quando a escola incorporar a seu cotidiano uma dimensão menos diretiva e uma postura dialogal, mais respeitadora do pensado e desejado por seus estudantes.

Para os autores, essa lacuna tem sido um dos principais fatores para a escola pública se distanciar, cada vez mais, do mundo juvenil e de suas realidades. Nesse sentido, Favacho (2020, p. 16) compreende que o ideário de Educação Integral ligado aos "princípios republicanos e humanísticos se metamorfoseia naquilo que se conhece por Escola Integral, ou

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

Escola em Tempo Integral, um reflexo da hipertrofia da escola que sustenta as bases do Capital Humano". Para a pesquisadora, há distinção entre o conceito clássico de Educação Integral, ligada ao Humanismo, e aquilo que hoje se aplica como Escola em Tempo Integral, que pressupõe um projeto de sociedade ligado ao atendimento de demandas produtivas. Ademais, tal modelo é foco de projetos educacionais no contexto neoliberal que atinge principalmente os países periféricos do mundo capitalista (Favacho, 2020).

Dos trabalhos selecionados, uma quantidade significativa também relaciona à inserção do Projeto de Vida no currículo do Ensino Médio com o estreitamento da influência do campo econômico nas políticas educacionais. Nessa perspectiva, Alves e Oliveira (2020, p. 22) contribuem assinalando que:

> Sabe-se que a concepção de educação condizente com o campo econômico é aquela que prima pela formação do trabalhador e que resulta em lucro e desenvolvimento do país. Trata-se do viés utilitarista de educação, pois esta não é especialmente concebida como possibilidade de formação e de desenvolvimento humano. A educação é compreendida como meio para o alcance de determinados fins.

As autoras apresentam uma discussão sobre a redefinição do papel do Estado perante as parcerias público-privadas, destacando alguns agentes empresariais que influenciam a educação brasileira. Entendem que são muitas as maneiras de privatizar a educação, entre elas estão as parcerias com o setor privado, bem como as formas de gerenciamento típicas desse setor incidindo na organização e na gestão escolar. Em sua pesquisa, apontam que, se antes a expressão Projeto de Vida estava associada a um trabalho popular com as juventudes, em um exercício de projetar o futuro e de pensar a vida coletivamente, nos últimos anos ela passou a adquirir outros significados e contornos, antenados a organismos internacionais e com prescrições de fundações privadas (Alves; Oliveira, 2020).

Bernardes e Voigt (2022) ressaltam que há uma relação entre o componente curricular Projeto de Vida e o conceito de empreendedorismo, que se manifesta a partir de uma lógica neoliberal que busca produzir subjetividades e formas de viver em que os sujeitos sejam "empreendedores de si", ou seja, consigam ser o instrumento de seu próprio sucesso social e profissional. Outros trabalhos como os de Corrêa, Euclides e Cunha (2022), Lopes (2019), Silva e Morais (2022), Esteves e Oliveira (2022) e Favacho (2020) também realçam o tema do neoliberalismo e sua relação com a ideia de Projeto de Vida no "Novo Ensino Médio". Lopes (2019, p. 71) enfatiza que "há um conjunto de demandas que incluem o lucro, mas não se

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

limitam a ele, na medida em que se busca formar subjetividades que, na falta de melhor adjetivo, denomino neoliberais".

A relação entre o componente Projeto de Vida e o trabalho é outro ponto que se evidencia nas pesquisas. Fodra (2016) defende que as aulas de Projeto de Vida colaboram para que os alunos vislumbrem um futuro promissor e que a escola é uma instituição que os apoia na materialização desse futuro. Para a autora, muitos adultos só percebem a importância de uma boa formação depois de ingressarem no mercado de trabalho e sentirem que, se tivessem dado continuidade aos estudos, poderiam ter obtido maior sucesso profissional.

Paiva (2013) apresenta os dados de sua pesquisa que revelaram que o trabalho tem lugar de destaque no Projeto de Vida dos jovens; que, apesar de receber grande influência da mídia e do capital social na elaboração do seu Projeto de Vida, o jovem contribui enormemente com sua família. Em sua análise, a questão socioeconômica tem um peso muito importante no momento das escolhas profissionais dos jovens e a escola pouco coopera para a elaboração de seus Projetos de Vida. No Brasil, a descrença no futuro atinge os jovens das classes mais pobres, e estes quase sempre encontram distância entre o que gostariam de ser e aquilo que conseguem ser. Na perspectiva apresentada por Silva e Leme (2019), as desigualdades sociais profundas, características do contexto brasileiro, são um desafio para que determinados segmentos da população possam construir seus projetos de futuro. Os jovens das camadas populares brasileiras têm seus modos de ser e de viver afetados por esse cenário, pois lhes restam possibilidades limitadas de escolha, contrariando a retórica de "igualdade de oportunidades", que é base da ideologia meritocrática (Silva; Leme, 2019, p. 83).

Favacho (2020, p. 36) destacou que o Projeto de Vida propõe trabalhar a partir dos sonhos dos jovens e que esses sonhos serão "acampados" por meio do protagonismo do próprio jovem de forma autônoma, sendo notável a relação entre sonhos e responsabilidades: "A responsabilidade, sob o discurso de autonomia, se traveste em autorresponsabilização e individualizada, permeia a narrativa acerca das particularidades, competências e potencialidades", observou. Dessa forma, os jovens se tornam parte da solução no cumprimento das exigências do mundo do trabalho, responsabilizando-se também pelo seu possível insucesso (Favacho, 2020).

No conjunto de trabalhos analisados, podemos observar posicionamentos divergentes sobre o tema Projeto de Vida. Klein e Arantes (2016, p. 141) compreendem que as experiências escolares podem trazer contribuições para o Projeto de Vida dos estudantes, no

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

entanto apontam que a falta de interesse dos alunos na escola acaba levando muitos a abandonarem os estudos: “muitos desses jovens estão fora da escola não por serem de comunidades pobres e terem de trabalhar, mas sim por não terem interesse nas experiências que vivenciam”. As autoras entendem que a humanidade se constitui por sua capacidade de fazer escolhas que guiam as trajetórias de vida. Portanto, formar o ser humano implicaria considerar seus projetos, vistos como frutos de suas escolhas (Klein; Arantes, 2016). Fodra e Nogueira (2017) também consideram o Projeto de Vida como uma alternativa para resgatar os valores humanos e projetar um futuro digno e promissor, ampliar os horizontes dos estudantes por meio de um currículo que promova o autoconhecimento e uma aprendizagem vinculada às necessidades e expectativas dos alunos.

Outras pesquisas como as de Fodra (2016), Silva (2019), Anjos (2021), Angelo e Costa (2022), Silva e Danza (2022), Rocha, Brito e Cerce (2022) apresentam interpretações semelhantes sobre o tema. Nesses trabalhos, podemos observar a valorização das escolhas individuais dos estudantes, do protagonismo e do autoconhecimento, a preocupação em preparar os estudantes para um mercado de trabalho instável e competitivo, além da supervalorização do trabalho com Projeto de Vida com os estudantes, destacando aspectos positivos desse componente curricular. Os autores parecem corroborar o que preconizam os documentos analisados em suas pesquisas, sendo eles: documentos normativos do PEI do estado de São Paulo, documentos oficiais relacionados ao Ensino Médio do estado de Pernambuco (PE), Projeto Político Pedagógico de cinco escolas do município de Petrolina-PE, Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio e Lei 13.415/2017.

A maioria dos trabalhos selecionados apresenta críticas quanto à inserção do Projeto de Vida do Ensino Médio, e 76% do total de pesquisas expressa esse posicionamento. Paiva (2013) entende que a escola tem um papel importante na construção do Projeto de Vida dos jovens e que o trabalho se apresenta como uma preocupação central nessa construção. No entanto, assinala que a condição socioeconômica de origem do jovem tem um peso muito grande no momento de suas escolhas profissionais e defende que é preciso que o Ensino Médio tenha sua finalidade voltada não apenas por interesses de mercado e que os currículos contemplem o estudo da ciência, do trabalho como princípio pedagógico e da cultura. Favacho (2020) também compreende que um dos papéis históricos da educação é o de formação para o mundo do trabalho, no entanto alerta que proposições como as do Projeto de Vida nas escolas, que buscam dar conta da totalidade da vida dos estudantes, são significativas na formação das subjetividades adaptáveis e maleáveis. Nesse sentido, Sampaio

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

(2022) aponta que os objetivos do Projeto de Vida se relacionam à prescrição comportamental e de controle emocional dos estudantes.

Silva e Leme (2019), Bernardes e Voigt (2022) e Corrêa, Euclides e Cunha (2022) apontam o caráter meritocrático em que são desconsideradas questões conjunturais que impedem muitos jovens de realizar seu Projeto de Vida.

Outro grupo de autores como Alves e Oliveira (2020) salientam que o Projeto de Vida no Ensino Médio tem se mostrado alinhado a prescrições dos organismos internacionais e aos projetos educativos das fundações privadas. Lopes (2019) reitera que essa organização curricular parece querer controlar o futuro dos jovens, bem como Silva e Morais (2022), que apontam que a escola pública passa a ser concebida como um laboratório para a preparação de corpos e de subjetividades consideradas aptas a concorrerem a um posto no mercado de trabalho que, por sua natureza, é excludente e desigual.

O conjunto desses trabalhos (76%) utilizou como principal procedimento de pesquisa a análise de documentos. Os documentos adotados pelos autores foram: Planos de gestão das três escolas do município de Rio Claro-SP; apostilas de Projeto de Vida e material orientador do PEI do estado de São Paulo; documentos normativos emitidos pela Secretaria Estadual do Estado de Mato Grosso (MT); BNCC; Lei 13.415/2017; Resolução CNE/CEB 3/2018 (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio); documentos emitidos por organismos multilaterais que tratam sobre o Projeto de Vida; livros didáticos do componente Projeto de Vida *Expedição futuro* (editora Moderna), *Pensar, sentir e agir: Ensino Médio* (editora FTD), *Projeto de Vida: um projeto vital* (editora Hedra) e *Planejando a jornada: um guia para seu Projeto de Vida* (editora Evoluir); documentos norteadores da disciplina Projeto de Vida do Programa Escola Viva do Governo Estadual do Espírito Santo (ES); Caderno Estruturante 1 do Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Médio; orientações da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (MG) acerca da implementação do componente curricular do "Novo Ensino Médio" – Projeto de Vida.

Outras fontes de análise também foram utilizadas nas pesquisas selecionadas, sendo elas: Relatos de alunos do 3.º ano do Ensino Médio de uma escola estadual na Baixada Fluminense-Rio de Janeiro (RJ); questionário e entrevista com alunos do 3.º ano do Ensino Médio da Escola Técnica Estadual pernambucana em Recife-PE; depoimentos de estudantes de 2.º ano do Ensino Médio de três escolas do município de Rio Claro-SP, sendo uma da rede privada, uma da rede estadual e outra de Ensino Médio regular e técnico concomitante ou sequencial; observação de aulas da disciplina de Projeto de Vida dos estudantes da 2.ª série do

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

Ensino Médio e de estudantes da 3.ª série do Ensino Médio do PEI do estado de São Paulo; observação de aulas, entrevista com professores e questionário respondido por alunos da disciplina Projeto de Vida na Escola Estadual Professor Rafael Rueda em Cuiabá-MT; relato de alunas cursando a 3.ª série do Ensino Médio em duas escolas da cidade de Santos-SP pertencentes ao PEI; narrativas autobiográficas obtidas em entrevista individual com quatro estudantes de famílias de baixa renda de Belo Horizonte-MG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das produções acadêmicas permitiu-nos observar que o tema Projeto de Vida no "Novo Ensino Médio" está sendo aprofundado na pesquisa educacional, principalmente por se tratar de um assunto bem atual no debate educacional. Nas primeiras pesquisas selecionadas (entre 2011 e 2017), há uma diversidade de posicionamentos e interpretações a respeito do tema. Por outro lado, as publicações mais recentes (entre 2018 e 2022), mesmo adotando diferentes referenciais teóricos e epistemológicos, mostram um posicionamento crítico perante o Projeto de Vida no Ensino Médio. Nota-se também que, no decorrer do tempo, aconteceram mudanças significativas com relação à inserção do Projeto de Vida no Ensino Médio brasileiro e que houve certo deslocamento de sentido empregado ao termo no contexto da reforma estabelecida pela Lei 13.415/2017.

Em face do que foi discutido até aqui, fica evidente que o componente curricular Projeto de Vida, no âmbito da Reforma do Ensino Médio, representa o que Silva e Estormovski (2023) sinalizaram: uma tecnologia pedagógica neoliberal que mobiliza a formação de subjetividades monetizáveis, trazendo implicações na formação dos estudantes.

Como apresentamos neste estudo, a dimensão do Projeto de Vida já ecoava no campo da educação muito antes da atual Reforma do Ensino Médio, principalmente ligada à educação informal, aos movimentos sociais ruais, estando vinculada a um campo progressista da educação (Alves; Oliveira, 2020). O Projeto de Vida, aos poucos, foi se aproximando do campo econômico empresarial, principalmente desde a implementação do "Novo Ensino Médio", perdendo, assim, sua identidade progressista e passando a servir como instrumento de formação de sujeitos neoliberais.

Com a implementação das políticas neoliberais, a própria ideia de educação como um direito e um "serviço público" vem sendo enfraquecida. De acordo com Laval e Vergne (2023, p. 14), "está cada vez menos em causa o "senso crítico" e a "formação do cidadão", e

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

cada vez mais o "capital humano" e a "cultura corporativa". A escola, sujeita a esses imperativos econômicos, tem sofrido um processo de "despolitização" (Laval; Vergne, 2023, p. 15). Por conseguinte, as questões coletivas vão sendo convertidas em problemas pessoais e as decisões políticas e econômicas transformadas em fracassos individuais (Ball, 2016). "Devemos, portanto, *repolitizar a questão da escola* e, para tanto, ir contra a corrente de todos os discursos que querem abstrair a escola da sociedade e só querem ver nas crises da instituição uma questão de métodos pedagógicos e de gestão burocrática" (Laval; Vergne, 2023, p. 15).

Por essa razão, defendemos uma educação que de fato valorize o Projeto de Vida da juventude, mas que não a deixe "sem o repertório intelectual e científico necessário para a compreensão e crítica da conjuntura de vulnerabilidade social" (Barbosa; Alves, 2023, p. 14). A etapa formativa do Ensino Médio é fundamental na construção das identidades, por isso é imprescindível que responda às demandas das juventudes do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Míriam Fábia; OLIVEIRA, Valdirene Alves. Política educacional, Projeto de Vida e currículo do Ensino Médio: teias e tramas formativas. **Humanidades & Inovação**, [*S. l.*], v. 7, n. 8, p. 20-35, 2020. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2608. Acesso em: 31 maio 2023.

ANGELO, Talytha Cardozo; COSTA, Rafael Magalhães. Projetar a vida na pandemia: desafio da comunidade escolar em tempos de exceção. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, v. 17, n. 49, p. 123-132, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.47385/cadunifoa.v17.n49.3941. Acesso em: 31 maio 2023.

ANJOS, Dayane Priscilla Bernardes. **Educação Integral como política educacional**: o protagonismo juvenil nas Escolas Estaduais de Referência em Ensino Médio no município de Petrolina-PE. 2021. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares, Universidade de Pernambuco, Petrolina, PE, 2021. Disponível em: https://w2files.solucaoatrio.net.br/atrio/upe-ppgfppi_upl/THESIS/129/dissertao_dayane_priscilla_20210416104102435.pdf. Acesso em: 7 jun. 2023.

BALL, Stephen J. Gobernanza neoliberal y democracia patológica. *In*: COLLET, J.; TORT, A. (coords.). **La gobernanza escolar democrática**. Madrid: Ediciones Morata, 2016. p. 23-40.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.

Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

BARBOSA, Renata Perez; ALVES, Natália. Aprender a empreender: reflexões sobre um projeto de vida danificado. **Currículo sem Fronteiras**, [*S. l.*], v. 23, p. 1-17, 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v23.1140. Acesso em: 3 jan. 2024.

BARREIROS, Maria do Carmo Pierry. **Trabalho e Projeto de Vida**: com a palavra, as jovens mulheres do Ensino Médio integral de escolas estaduais da cidade de Santos-SP. 2021. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, SP, 2021. Disponível em: https://tede.unisantos.br/handle/tede/7185. Acesso em: 7 jun. 2023.

BERNARDES, Ana Cristina Rodrigues; VOIGT, Jane Mery Richter. Projeto de Vida e empreendedorismo no Novo Ensino Médio. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, p. 1-12, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/36651. Acesso em: 7 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, seção 1, ano 134, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Parecer n.º 15/98. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, ano 136, 26 jun. 1998a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Resolução CEB n.º 03, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, ano 136, p. 1, 5 ago. 1998b.

BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n .º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n .º 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, ano 153, n. 184-A, p. 1, 23 set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e o Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, ano 154, n. 35, p. 1, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n.º 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, ano 155, n. 224, p. 21, 22 nov. 2018b.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Edital de Convocação n.º 03/2019 – CGPLI**. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2021. Brasília, DF: MEC: FNDE: SEB, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia Digital PNLD 2021**. Brasília, DF: MEC, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico. Acesso em: 7 jun. 2023.

CORRÊA, Giovanna Pessanha; EUCLIDES, Rebeca de Oliveira; CUNHA, Thiago Colmenero. "Cuidado, não voa tão perto do sol": considerações para trabalhar Projeto de Vida com juventudes brasileiras. **Contexto & Educação**, [*S. l.*], v. 37, n. 118, p. 1-16, maio/ago. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.21527/2179-1309.2022.118.12703. Acesso em: 30 maio 2023.

DELORS, Jacque (org.). **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília, DF: Unesco; São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000009.pdf. Acesso em: 4 fev. 2024.

DUARTE, Newton. As pedagogias do "aprender a aprender" e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-40, set./dez. 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000300004. Acesso em: 7 jun. 2023.

ESTEVES, Thiago de Jesus; OLIVEIRA, Rafaela Reis Azevedo. Projeto de Vida em Minas Gerais. Vale tudo? Perfil docente deste componente curricular do Ensino Médio. **RTPS: Trabalho, Política e Sociedade**, [*S. l.*], v. 7, n. 12, p. 1-22, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrrj.br/index.php/rtps/article/view/610. Acesso em: 2 fev. 2024.

FAVACHO, Ana Veraldi. **A empresa na escola**: o Projeto de Vida no Programa ensino integral do Estado de São Paulo e a formação do estudante do Ensino Médio. 2020. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1161862. Acesso em: 2 fev. 2024.

FODRA, Sandra Maria. **O Projeto de Vida no Ensino Médio**: o olhar dos professores de História. 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2016. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9884. Acesso em: 7 jun. 2023.

FODRA, Sandra Maria; NOGUEIRA, Mara Ephigênia Cáceres. O Projeto de Vida nas escolas do Programa Ensino Integral. **@mbienteeducação**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 251-261,

jul./dez. 2017. Disponível em: https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/34. Acesso em: 1 set. 2022.

FREITAS, Luis Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA; BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **As melhores práticas em escolas de Ensino Médio no Brasil**. Brasília, DF: Inep-MEC: BID, 2010.

KLEIN, Ana Maria; ARANTES, Valeria Amorim. Projetos de vida de jovens estudantes do Ensino Médio e a escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 135-154, jan./mar. 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2175-623656117. Acesso em: 30 maio 2023.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. **Educação democrática**: a revolução escolar iminente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio; REIS, Juliana Batista dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 117, p. 1067-1084, out./dez. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400010. Acesso em: 30 maio 2023.

LOPES, Alice Casimiro. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 13, n. 25, p. 59-75, jan./maio 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22420/rde.v13i25.963. Acesso em: 30 maio 2023.

MOTA, Érico Ricard Lima Cavalcante. **Ensino Médio, escola plena e o Projeto de Vida**: entre o trajeto planejado, o vivido e o (im)possível. 2021. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2021. Disponível em: https://ri.ufmt.br/handle/1/3534. Acesso em: 7 jun. 2023.

OLIVEIRA, Luthiane Miszak Valença de. Projeto de Vida e escolarização juvenil: um diagnóstico do conceito nas políticas curriculares contemporâneas. *In*: SILVA, R. R. D. da; VASQUES, R. F.; SILVA, D. da (orgs.). **Apontamentos para uma agenda de pesquisa sobre as políticas curriculares no Brasil**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. v. 1, p. 88-114.

OLIVEIRA, Ramon de; SILVA, Amanda Felix da. Projetos de vida no Ensino Médio: o que os jovens nos disseram? **e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 1263-1286, jul./set. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i3p1263-1286. Acesso em: 31 maio 2023.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

PAIVA, Camila Ferreira Lopes. **Os desafios e limites na construção do projeto profissional dos jovens que frequentam o Ensino Médio público e privado**. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, SP, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/90219. Acesso em: 7 jun. 2023.

ROCHA, Sabrina Crisóstomo; BRITO, Renato de Oliveira; CERCE, Livia Maria Rassi. O protagonismo estudantil e os desafios da sociedade contemporânea: um diálogo sobre Projeto de Vida. **Research, Society and Development**, [*S. l.*], v. 11, n. 1, p. 1-12, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25070. Acesso em: 30 maio 2023.

RODRIGUES, Soraia Batista; BEHRENS, Marilda Aparecida. Ensino Médio e Projeto de Vida: uma pesquisa do tipo estado da arte. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 21156-21171, mar. 2022. Disponível em https://doi.org/10.34117/bjdv8n3-359. Acesso em: 30 maio 2023.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. Introdução. *In*: SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N. da; DUNKER, C. (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 5-9.

SAMPAIO, Fabrício de Souza. A intencionalidade formativa dos projetos de vida do PNLD 2021. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-24, 2022. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/7315. Acesso em: 22 jan. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Conselho Estadual de Educação. Composição do Colegiado. **Conselho Estadual de Educação de São Paulo**, São Paulo, 2022. Disponível em: http://www.ceesp.sp.gov.br/portal.php/conheca_intro/conheca_gestao17_18. Acesso em: 18 set. 2022.

SARAIVA, Mateus; CHAGAS, Angela; LUCE, Maria Beatriz. As disputas em torno dos projetos para o ensino médio no Brasil: bibliografia em análise. **Revista de Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, v. 20, n. 3, p. 48-68, 2019. Disponível em: http://www.revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/3390. Acesso em: 2 jun. 2024.

SILVA, Francisco Vieira da; MORAIS, Edvânia Batista de. Agenda neoliberal, juventude e trabalho: uma análise discursiva de coleções didáticas do Novo Ensino Médio. **Educação e Políticas em Debate**, [*S. l.*], v. 11, n. 2, p. 632-651, maio/ago. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n2a2022-64288. Acesso em: 30 maio 2023.

SILVA, Henrique Souza. **A concepção e construção do Projeto de Vida no Ensino Médio**: um componente curricular na formação integral do aluno. 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2019.

SILVA, Ivone Maria Mendes; LEME, Maria Isabel Silva. Projetos de Vida e educação: narrativas de jovens das camadas populares sobre suas experiências. **Inter Ação**, Goiânia, v. 44, n. 1, p. 77-92, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5216/ia.v44i1.55686. Acesso em: 30 maio 2023.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

SILVA, Marco Antônio Morgado; DANZA, Hanna Cebel. Projeto de Vida e identidade: articulações e implicações para a educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, p. 1-22, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-469835845. Acesso em: 30 maio 2023.

SILVA, Mônica Ribeiro da. **Competências**: a pedagogia do "Novo Ensino Médio". 2003. 305 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2003.

SILVA, Mônica Ribeiro da. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-15, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698214130. Acesso em: 30 maio 2023.

SILVA, Mônica Ribeiro da; ABREU, Claudia Barcelos de Moura. Reformas para quê? As políticas educacionais nos anos de 1990, o 'novo projeto de formação' e os resultados das avaliações nacionais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 523-550, jul./dez. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-795x.2008v26n2p523. Acesso em: 30 maio 2023.

SILVA, Roberto Rafael Dias; ESTORMOVSKI, Renata Cecilia. Projetos de vida e a fabricação de subjetividades monetizáveis: uma crítica curricular ao Novo Ensino Médio no Sul do Brasil. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 30, p. 1-17, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14363. Acesso em: 10 maio 2023.

SILVEIRA, Éder da Silva; SOUZA, Nayolanda Coutinho Lobo Amorim de; VIANNA, Rafael de Brito; ALMEIDA, Diego Orgel dal Bosco. Ensino Médio de Tempo Integral no Brasil: notas sobre os contextos de influência nacional e internacional no âmbito da Lei 13.415/2017. **Revista Pedagógica**, [*S. l.*], v. 24, p. 1-26, jan./dez. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.22196/rp.v24i1.6605. Acesso em: 30 maio 2023.

SOUZA, Nayolanda Coutinho Lobo Amorim. **A escola da escolha**: um estudo de caso sobre a relação público-privada no Ensino Médio de Tempo Integral no estado do Maranhão. 2021. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2021.

SPRING, Joel. **Como as corporações globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado**. Campinas: Vide Editorial, 2018.

SOBRE OS AUTORES

Liliane Rodrigues Reis
Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação UNISC. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (2010), Especialista em Educação e Contemporaneidade pelo Instituto Federal Sul Rio Grandense (2013). Pesquisadora do Grupo Currículo, Memórias e Narrativas em Educação – CNPQ, vinculado à Linha de Pesquisa Educação, Trabalho e Emancipação da Universidade de Santa Cruz do Sul

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024

(Unisc). Integrante do GT05 – Estado e Política Educacional/Anped. Atualmente é professora nas redes municipais de Triunfo (RS) e General Câmara (RS).
E-mail: lilianerodriguesreis@gmail.com

Éder da Silva Silveira
Docente do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação e professor permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, onde integra a linha de pesquisa Educação, Trabalho e Emancipação, sendo líder do Grupo de Pesquisa Currículo, Memórias e Narrativas em Educação – CNPq. É pesquisador colaborador na rede Ensino Médio em Pesquisa (Unicamp/UFPR) em projeto sobre o novo Ensino Médio. É integrante do Observatório do Ensino Médio do RS e do Observatório do Ensino Médio (UFPR). É pesquisador associado à Anped (GT Estado e Política Educacional), à Anpuh (GT História da Educação) e à Biograph. ResearcherID: http://www.researcherid.com/rid/N-3852-2015.
E-mail: eders@unisc.br

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 3, p. 219-244, set./dez. 2024.
Recebido em: 02/06/2024 | Aceito em: 24/09/2024